

- EXCELÊNCIA SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL;
- ILUSTRES DEPUTADOS E COLEGAS;
- SENHORES MINISTROS E DIGNOS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO NESTA REUNIÃO

Esta sessão que vai apreciar e votar na generalidade e em votação final global, importantes matérias concernentes a condição militar, aos feriados nacionais, locais e datas de celebração nacional, as especificações técnicas e sobre a deferência e uso da Bandeira Nacional, e da Insígnia e do Hino Nacional entre outros.

Neste sentido, em meu nome pessoal e dos deputados da Bancada Parlamentar do MPLA neste hemiciclo, saúdo vivamente todas as angolanas e todos os angolanos, independentemente das suas convicções políticas, filosóficas ou outras, dos seus credos religiosos, da sua origem étnica ou territorial e em especial a classe castrense, pelo seu passado e presente abnegado e patriótico.

**EXCELÊNCIA SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL**  
**-CAROS DEPUTADOS**  
**ANGOLANAS E ANGOLANOS**



A votação final global com o voto favorável do Grupo Parlamentar do MPLA, da proposta de lei de bases das carreiras militares das Forças Armadas Angolanas, resolverá um problema há muito sentido e esperado por todos aqueles que tendo a vida militar como a sua profissão, as suas carreiras encontram-se entretanto estagnadas em termos da progressão nas classes concernentes.

Durante a apreciação na generalidade da proposta de lei de alteração à lei dos feriados nacionais, locais e datas de celebração nacional, alguns deputados pronunciaram-se de forma inadequada pelo que importa enfatizar.

O Grupo Parlamentar do MPLA defende que o dia 23 de Março seja considerado feriado nacional, porquanto, as consequências resultantes dos factos ocorridos naquela data, ultrapassarem a dimensão de Angola, irradiando para toda a região Austral do nosso Continente. É uma data que só pode orgulhar todos os angolanos. Foi graças aos factos ocorridos naquela data e em consequência dos mesmos, que o então regime racista branco do apartheid que ocupava ilegalmente o então Sudoeste Africano, hoje Namíbia, segregava a maioria negra da África do Sul e ameaçava e invadia militarmente outros países da região, foi forçado não só a reconhecer a derrota militar das suas forças armadas, as South Africa Defense Forces, assim como, por este facto, aceitar:





- Aplicar a resolução 435/78 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que impunham o fim da ocupação ilegal do Sudoeste Africano pela África do Sul racista;
- Entrar em negociações directas com o Governo de Angola, cujo desfecho sob auspícios internacionais, resultaram na assinatura dos célebres acordos de Nova Iorque, que, na sua componente bilateral, teve como signatários Angola e a então África do Sul racista e que estabeleciam entre outros aspectos, o seguinte:
- A realização de eleições livres e justas na Namíbia e África do Sul;
- O reconhecimento da Swapo como legítima representante do Povo do Sudoeste Africano;
- A libertação dos presos políticos nas cadeias Sul-africanas, incluindo Nelson Mandela, que há dois dias atrás foi homenageada post mortem, pelo completamento do centenário do seu nascimento;
- O início de negociações com Nelson Mandela para a sua libertação e, com o ANC, para a realização de eleições gerais e consequentemente a formação de um governo pós apartheid.

Como facilmente se compreende, trata-se de um feito do nosso Estado, do nosso País Angola e por isso mesmo, todos os angolanos se devem orgulhar e merecidamente prestar tributo ao Estado de Angola e à todos quantos tornaram possível tal epopeia, conferindo ao dia 23 de Março a categoria de feriado nacional, como dia da SADC.

Não há pois necessidade de se confundir esta data com o 4 de Abril de 2002, resultante dos acordos do Luena, estes sim, que têm a ver exclusivamente com a resolução do conflito interno entre os angolanos, cujos signatários, foram o Governo de Angola e a UNITA, sem mediação estrangeira. Em relação a proposta de lei que estabelece as especificações técnicas e as disposições sobre a deferência e o uso da Bandeira Nacional e da Insígnia e do Hino Nacional, o grupo parlamentar do MPLA votará favoravelmente agora na generalidade e posteriormente em votação final global, pois, trata-se de uma lei que há muito se faz sentir, para exaltar e inculcar o sentido patriótico as presentes e futuras gerações, bem como, o respeito dos Símbolos Nacionais.

Tal como referimos em sede da Conferencia dos Presidentes dos Grupos Parlamentares, o Grupo Parlamentar do MPLA está disponível para com base no estrito respeito da legislação vigente aplicável e se for o caso, viabilizar o reajustamento da composição da Comissão Nacional Eleitoral.

**EXCELENCIA SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL  
ANGOLANAS E ANGOLANOS, CAROS COMPATRIOTAS**

Esta sessão plenária é a ultima prevista para este mês e ainda há matérias que seria bom que pudessem ser decididas antes da sessão plenária solene de encerramento,

dentre as quais, se acham o código penal, para que no próximo ano legislativo que inicia em Outubro nos pudéssemos concentrar, na apreciação da proposta de OGE para 2019, a CONTA GERAL DO ESTADO 2016 e bem o assim designado pacote autárquico. Nessa altura , durante o processo negocial de busca de consensos, será conhecida a posição do Grupo Parlamentar do MPLA.

Muito Obrigado

**Luanda , 20 de Julho de 2018**

